

VERUS PHILOLOGUS¹

Aluizio Ramos Trinta (UFRJ)



“Un homme ne vaut jamais que ce que vaut son langage.” (J. P. Sartre, *Les mots*)

Há uns vinte anos o conheço e tenho a boa sorte de frequentá-lo. A ele aprendi a admirar, mercê de sua generosidade intelectual, de sua solicitude, da alta informalidade com que trata aqueles aos quais tem na conta de amigos. De tudo isto tenho tido suficientes provas.

O sorriso franco, afável, acolhedor; a mão operosa que ele mantém estendida em fraterna dádiva; a compostura que o distingue, indo do talhe do caráter ao feitio da roupa que veste. Sóbrio e correto no vestir, traja-se de modéstia no pensar. Discreto, marcante, bem ajustado sempre. Terno.

Eis um *filólogo verdadeiro*, um emérito professor, desde sempre acostumado à elegância em seu sentido primeiro: arte de saber escolher. Não creio pudesse falar do estudioso Leodegário Amarante de Azevedo Filho sem esboçar, ainda que em sumários traços, tal como o tentei, o seu perfil humano. Percebo uma interessante correlação entre a gentileza do homem e a genui[ni]dade do filólogo, como se aí houvesse uma só e mesma gênese. Nele reconheço – e com ele passo a conhecer – as virtudes primordiais, como queria o poeta Olavo Bilac: a honra; a bondade; o amor à verdade e à justiça;

¹ Artigo transcrito, com atualização ortográfica, de *Estudos Universitários de Língua e Literatura*. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 53-60.

a coragem e o entusiasmo da acolhida; a diligência; a disciplina e o gosto pela liberdade. Leodegário, mestre filólogo.

Filologia diz, originariamente, apego ou devoção ao *logos* – uma forma nominal do verbo *legein* semanticamente afim, por exemplo, ao latim *legere*, “ler” (e, por extensão, “colher”, “coletar”, “coligir”, “eleger” e “selecionar”), por via de uma afinação da inteligência e de um refinamento da sensibilidade linguística, logo cultural. O verbo grego *philologeo* traduz-se por “amar o conhecimento”, “devotar-se ao estudo”. Assim, dedicar-se ao *logos* (ao *verbum* latino) significa interessar-se por práticas discursivas, que vão dos jogos verbais às manifestações literárias, abrangendo a poesia, as modalidades de diálogo, os provérbios etc. Por *filologia* – a *philia* do *logos* – designam-se, respectivamente, “amor” ao “conceito”; “devotamento” ao “texto”, “devoção” ao “estudo”; “empenho” pela “instrução”.

Filologia e erudição.

É costume atribuir-se à *erudição* – tomada como face visível de uma extensa e variada gama de conhecimentos – a “perda” de certa “rudeza original” (em latim, *ex + rudis*). “A erudição”, advertiu o poeta e cronista Paulo Mendes Campos, “pode ser a maior frivolidade do homem”. Daí a pretensa nobreza do erudito vir a ocultar a busca ociosa da palavra rara. Acautele-se, pois, o filólogo diante de toda veleidade a uma erudição cumulativa, afetada. A erudição, em si mesma e por si mesma, resulta em verbosidade, em impostação pedante, em preciosismo ridículo, em semonstração² erudita. A ostentação vocabular nada mais é do que o exato contrário da filologia: uma logofilia fútil, inconsistente, inepta. Em consequência, a mera erudição – um virtuosismo que pretende ser virtude – serve apenas a si própria e é vazia de significado intelectual. Sisudez não deve ser confundida com seriedade.

Heráclito de Éfeso, filósofo originário grego, nos legou, em um dos *fragmentos* (o de número 35) de sua obra, uma oportuna reflexão. Aos “amigos da sabedoria” ele recomenda que se dediquem

² É possível que Aluísio Ramos Trinta tenha feito, propositalmente, o cruzamento de “semonstração” (atitude própria de quem gosta de se mostrar, de atrair atenções, de exibir-se) com “demonstração” (qualquer recurso capaz de atestar a veracidade ou a autenticidade de alguma coisa). [N.E.]

ao “conhecimento de muitas coisas”. Ao mesmo tempo, porém, o filósofo condena a simples “coleção de saberes diversos” (*polymathia*). Esta aparente contradição logo se desfaz. O *verdadeiro filólogo* é aquele capaz de trocar o imenso volume de informações díspares pelo “saber da unidade”, ao qual se chega pela atenção dada ao *logos*, à “reunião” por força de um princípio unificador. Da mesma forma, Martin Heidegger, filósofo-filólogo alemão, já alertava, em *Ser e Tempo*, para o obscurecimento do *logos* devido à ação de três fatores, a saber: a tagarelice (*das Gerede*), o duplo sentido (*die Zweideutigkeit*), e a avidez pelas novidades e curiosidades intelectuais (*die Neugier*).

Do filólogo digno deste nome espera-se o uso das mais simples formas da língua, pois é tão sólida a sua erudição que chega ela “a ignorar as coisas que sabe”, renunciando a toda exibição aparatosa de um aparelho crítico fastidioso. Uma boa questão, não raro, ilumina mais o caminho do saber do que o faz uma resposta, mesmo acertada.

De estudos e ensaios que li, todos da lavra de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, ficou-me a impressão de sua humildade, ante a tarefa enorme de levar a (um) termo, sempre provisório, uma edição crítica da obra lírica de Luís de Camões. É esta a atitude de um filólogo que “tem os pés na terra”, que “pisa o húmus”, fonte de energia vital. De resto, a humildade, como queria Jorge Luís Borges, pode ser uma forma de Lucidez. Quando o espírito encontra a certeza, a alma conhece o tédio.

Em suas origens, na Grécia antiga, a *filologia*, elaborando *escólios*, passou da biblioteca à escola; fez-se disciplina (“conhecimentos a serem ministrados”) e, assim, instrumento útil à paideia grega, servindo à pedagogia. Sob a forma de instrução, dispensada a jovens escolares, a atividade filológica contribui para a formação dos cidadãos. Sendo uma das *technai praktikai* (“artes de natureza prática”), *filologia* queria dizer “leitura comentada” e “abeiramento analítico” da obra literária, conduzindo a uma *kritiké* (“juízo crítico”), uma avaliação judiciosa. Oficial laborioso, afeito ao comentário, à defesa e ilustração da língua, à tradição como um valor, o filólogo grego é um “guardião do *logos*”, um “intérprete” (*hermenéutes*) – um discípulo de Hermes, deus viajante e portador das mensagens dos deuses. Pre-

parador zeloso (*ekdoteo*), preocupava-se (e, incansavelmente, se ocupava) com a elaboração de textos “dignos de fê”, isto é, com edições destinadas ao uso no âmbito institucional da escola.

Eratóstenes, o terceiro bibliotecário de Alexandria, foi o primeiro a chamar a si próprio *filólogo*, conferindo a este epíteto o significado de “amante dos variados aspectos da cultura”, “aquele que aprecia noções múltiplas”. E, claro está, o que persevera na recuperação das tradições e dos testemunhos literários – faina de corte arqueológico e alcance filosófico.

Retracemos, um instante, o curso histórico da *filologia*.

Em Roma, Públio [Terêncio] Varrão, gramático da língua latina, foi dos que erigiu o saber (histórico, linguístico, literário) produzido pela reflexão filológica em requisito e exigência maior à posse integral, pelo home, de sua *humanitas*.

Filologia na Idade Média: compilação e cópia; cristianização do legado grego antigo. Nas abadias e mosteiros, a filologia é serva da teologia. O filólogo, detentor de um saber tradicional, haurido na transcrição paciente de documentos, é autoridade, pois tem acesso às fontes greco-latinas. Marciano Capela, no ano 410, em seu *De nuptiis Philologiae et Mercurii*, obra de extração mito-poética, iria recolocar, porém, a *filologia* no domínio consagrado de “arte hermenêutica”. Sua narrativa celebra, de modo alegórico, as bodas de Filologia e Mercúrio, noivo que havia preterido Sofia (“a sabedoria pura”), Manteia (“a profecia”) e Psiquê (“a alma do mundo”). No cortejo nupcial formam as sete artes liberais (as “artes dos homens livres”): Gramática (*loquitur*), Dialética (*vera docet*), Retórica (*verba ministrat*); Música (*canit*), Aritmética (*numerat*), Geometria (*ponderat*) e Astronomia (*colit astra*).

Filologia é preparada para a cerimônia por sua mãe, Frónesis (“a capacidade intelectual”). Durante o rito matrimonial, por ordem de Atanásia, Filologia se põe a vomitar livros, tornando-se então imortal. Logo ascende aos céus, numa carruagem conduzida por dois jovens, Labor e Amor, fazendo-se ainda acompanhar de suas *demoselle d’honneur*, Epimelia (“a aplicação”) e Agripnia (“a vigília intelectual”).

Se, à época alexandrina da cultura grega, *filologia* pôde ser tomada por sinônimo de “conservação”, esta mesma tradição da *recensio* (ou *stemma codicum*, “classificação dos códices segundo suas relações genealógicas”) servirá de fundamento à escola carolíngia. Por inspiração de Carlos Magno, o filólogo Alcuíno se faz notável artífice de um retorno ao convívio espiritual proporcionado pela restauração cuidadosa de manuscritos gregos e latinos.

No Renascimento, a edição de textos (recompostos e interpretados, logo “ressurgidos”), respeitada sua configuração original, chega às classes: *textos* (e *autores*) *clássicos* constituem a base material de todo humanismo. A *studia humanitatis* é o instrumento, necessário e suficiente, para a afirmação da humanidade de todo homem e do homem todo. Pelo exemplo de G. Boccaccio, consolida-se, como supremo mister do filólogo, a preservação (pelo conhecimento puro, original) do mundo antigo, favorecendo, desse modo, a edificação de um novo mundo. Exímio praticante da filologia, Ângelo Poliziano estabelece que o filólogo deve ter *doctrina varia* e *cura infinita*. Com M. A. Mureto, a prática da filologia ganha instrumentos aperfeiçoados: a *eruditio* (“explicação de autores clássicos”) e a *emendatio* (“eliminação de dificuldades e de pontos obscuros, encontrados nos textos, com base na tradição literária”).

No decorrer do século XVIII, Giambattista Vico, em *De constantia philologiae* e, máxime, em *La Scienza Nuova*, enxergou na *filologia* o modo mais apto e hábil de se chegar à filosofia moral subjacente ao curso da história (cultural) humana.

Frederico Augusto Wolff baseou os seus *Prolegomena ad Homerum* nos escólios de Aristarco, eminente filólogo grego que passara em revista todas as variantes da tradição dos manuscritos homéricos, a elas aduzindo um comentário crítico. Com Wolff (*circa* 1777), a *filologia* denominar-se-á “clássica”, recebendo o filólogo a incumbência de restaurar, anotar, explicar e interpretar textos antigos.

Karl Lachmann, em meados do século XIX, logo viria proporcionar à *filologia* um procedimento rigoroso de classificação de manuscritos e de fixação de textos: a *ecdótica* ou *crítica textual*. Por meio de uma série sucessiva de *recensio*, chegar-se-á a um *archetypus* (texto mais próximo do que seria a redação inicial). Sabe-

se, desde então, que a prática filológica é protocolar, conhece etapas tais como a datação do texto (documento), sua decifração (com o concurso da epigrafia, da paleografia, da bibliologia, da codicologia etc.); a colação de várias *lições*; a verificação da tradição (*recensio*); a escolha do texto de base (*examinatio*); a eliminação de dúvidas e a reparação de erros de transcrição (*emendatio*). Eis o aparato crítico.

Graças à técnica da edição crítica de textos – especificidade da prática filológica moderna –, pelo recurso à ecdótica (forma adjetiva do grego *ekdidomi*, “entregar”, “passar a outras mãos”; “restituir”), procede agora o filólogo à restauração e à conseqüente valorização de um texto original, reproposto de acordo com o ponto de vista de seu autor, destinando-o à fruição de muitos leitores. Do mesmo modo, as técnicas de edição de texto, no esforço feito para garantir a sua transparência, sua legibilidade e sua inteligibilidade, asseguram a perduração de seu sentido e a permanência de seu valor documental (marco de uma época, de um gênero, de um estilo etc.).

Em resumo: cotejo sistemático e comparação crítica de variantes textuais; manuscritos trazidos à colação; estabelecimento do texto (um *significante* estável) mais fiel à intenção de seu autor; preparo de uma edição que (se) preste ao exercício de uma atividade crítica denominada *exegese* (“explicação”, “comentário ponderado”). A *filologia* não “leva ao crime” como, em linha com sua estética do absurdo, pretendeu o dramaturgo Eugênio Ionesco; conduz, antes, ao “amor à palavra criadora”, no dizer do escritor e filósofo Miguel de Unamuno.

A preparação e a edição de um *texto* – ato linguístico inscrito num suporte material, de acordo com normas escriturais peculiares, por exemplo, a uma época – permitem a passagem harmoniosa de uma *escrita* a uma *leitura*, ou ainda, a comunicação de informações pelo vigor e a vigência de uma interpretação. Donde a homologia entre a matéria de que é feito o discurso filológico e o modo pelo qual est último, em seus desdobramentos, constitui (e se aplica ao) seu objeto, o *texto*. A exemplo do que se passa com a arqueologia, a prática da filologia faz face a um desafio, qual seja o de suas fontes documentais mostrarem-se quase sempre incompletas. Isto leva a que o trânsito da documentação à interpretação, ou melhor, da *escrita documental* à *leitura instrutiva*, signifique a mudança de um termo re-

almente fragmentário em um fim virtualmente totalizante. Por outras palavras, o *texto* é, a um só tempo, (pre)ssuposto fragmento e, uma vez restaurado (em) seu sentido, estimável totalidade.

Admitir-se-á, portanto, que, diante de um texto declarado *fragmentário* (transmitido, por exemplo, por um só manuscrito), o filólogo venha a adotar ao menos três pontos de vista:

1. *externo*, que é referente ao estado material do *texto*, a seu valor propriamente documental;
2. *interno*, que diz respeito à sua estrutura semiótica e, por conseguinte, à sua unidade significante;
3. *circunstancial*, que tangem ao momento histórico donde provêm as concretas condições de produção, difusão e destinação do *texto*, observadas as características de um certo quadro sociocultural.

Já se disse que, ao filólogo, interessa o *texto* “em sua materialidade”. Isto significa que o filólogo atém-se, inicialmente, à *matéria da expressão* da língua, vale dizer, a natureza material (histórica, concreta, observável em suas transformações) dos sons articulados ou *fonas*. Em seguida, empenha-se ele no exame da *matéria do conteúdo* da língua, ou melhor, o conjunto de unidades propriamente culturais de uma língua, seu universo de referências.

É fácil concluir-se que o exame filológico do *texto* – melhor termo seria o de *investigação*, no sentido primeiro de “busca de traços, de vestígios” – se afigura ao filólogo, como uma complexa “visão aspectual”, que pode ser assim discriminada:

- A) *aspecto verbal*, que é constituído pelas dimensões elementarmen- te linguísticas que compõem o *texto*, indo, por exemplo, das varia- ções fonéticas à estrutura melódica dos versos, passando pela prosó- dia, a métrica e as técnicas de versificação;
- B) *aspecto sintático*, que se refere à articulação interna do *texto*, à sua tessitura ideológica e à sua estrutura frasal;
- C) *aspecto semântico*, que diz respeito às relações dos conteúdos significativos de unidades linguísticas (em todos os níveis) presentes e, no *texto*, entrançadas.

Ao permitir que se configurem microsegmentos próprios, cada um destes aspectos dá ensejo a uma análise textual parcial e peculiar; e cada uma das análises – uma vez recebida e aceita a analogia entre *texto* e *tecido* (de ideias e palavras, neste caso) – poderá ser assim descrita:

- a) *retórica* – a codificação das regras de construção de um discurso, isto é, as características ditas “têxteis” do fio do tecido;
- b) *narrativa* – as peculiaridades da “trama” que o fio permita;
- c) *temática* – as propriedades elementares do tecido: encorpadura, elasticidade, leveza, finura, resistência etc.;
- d) *pragmática* – a destinação social do tecido, isto é, efeitos (de sentido) atribuíveis às modalidades historicamente determinadas de seu uso: roupa esportiva, *tenue de ville*, togas, *tailleurs* etc.

Filólogo e aprendiz de tecelão: sabem um e outro desenredar o *texto* e cardar a *fibra têxtil*. Podem um e outro arvorar-se em árbitros de elegâncias, pois, pelo conhecimento profissional do *fio* (textual/têxtil), serão capazes de emitir abalizados juízos de valor acerca de uma peça de pano.

Por tudo o que até aqui foi dito, não há dúvida alguma de que o *verdadeiro filólogo é um humanista*, no sentido pleno deste termo. E a *filologia*, uma *arte da leitura*.

Filologia fora *techné* (“técnica”, “profissão”, “ofício”) em sua versão grega original; fizera-se, em Roma *ars, artis* (“perícia” ou “habilidade adquirida pelo estudo ou pela prática”), uma *arte gramatical*, ramo de um saber especializado, compreendendo os estudos literários e poéticos. Destinava-se a promover a revalorização da língua como veículo de cultura, bem como o aumento da sensibilidade à literatura; enfim, o dom e o gosto para o fino trato com documentos da tradição escrita.

Filologia é expressão de amor (à língua, a um tema, à obra de um autor); é dedicação, exercício paciente e labor que demanda alto conhecimento linguístico. Com todo estudo filológico sucede o mesmo que a um quadro conservado ou a uma escultura em fragmentos. O filólogo obriga-se a restituir, pela reunião – o princípio do *logos* heraclítico –, a força do ato criativo original. A edição crítica

de uma obra é manifestação de respeito ao espírito criador literário, traduzido, pela intermediação do filólogo – reencarnando a Hermes, seu avatar –, em meritória prática de restauração. As páginas de um belo livro assemelham-se a caramanchões numa alameda florida: são, literalmente, antológicas. *Filologia* será então amorosa jardinagem, fino cultivo de flores, agora renovadas em seu viço, aroma e beleza. Diga-se ainda que é fato auspicioso o de que a especulação linguística perpassa toda atividade filológica. A valia e o valor do método fortalecem a vitalidade do objeto porque nutrem a validade dos objetivos.

Leodegário Amarante de Azevedo Filho: clérigo e cavalheiro. Filólogo cuidadoso; homem cauto. Ele alia *esprit de rigueur* a *esprit de finesse*. Em seus escritos – muitos publicados por instituições prestigiosas, como a Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Lisboa, e o Instituto Universitário Orientale, de Nápoles – mostra-se voltado à pesquisa da tradição manuscrita da obra do poeta Luís de Camões. E se lança à elaboração de uma edição crítica da lírica camoniana. Enorme tarefa, já se vê, pela dificuldade inerente à avaliação criteriosa de manuscritos (íntegros e fragmentados), à estimativa de materiais apócrifos.

Descendente de nobre linhagem, o Leodegário filólogo é um renovador. Renovadores são somente os que, na medida em que se votam, antes, ao conhecimento da tradição, passam a pôr de lado aquilo que, nela, já caducou ou se tornou anacrônico, obsoleto. “A arte nova”, ensina T. S. Eliot em seus *Ensaio*s, “é a velha arte acrescentada de alguma coisa”. Assim, em justa homenagem ao filólogo brasileiro Emmanuel Pereira Filho, Leodegário Amarante de Azevedo Filho propugna pela *teoria do cânone mínimo*, visto que não é possível fixar o cânone máximo ou total da obra lírica de Camões, isto é, referir a questão da atribuição de autoria e a questão do texto. Nada há de definitivo no que toda à lírica camoniana. E a investigação filológica empreendida visa à constituição de um *corpus* fidedigno, apto a revelar as prováveis dimensões de Luís de Camões como grande poeta lírico da língua portuguesa.

Em seu afã de permitir ao leitor “poder ler aquilo que o poeta realmente escreveu”, recorre Leodegário Amarante de Azevedo Fi-

lho a dois princípios diretores para o estabelecimento, por um cotejo de variantes, do referido *corpus*:

1º o *usus scribendi* (a “maneira de escrever” típica de uma época – no caso, o português quinhentista –, peculiar a um autor etc.), levando-se em linha de conta que copistas, tendo vivido em épocas posteriores à da redação do texto, não entendesse formas “antiquadas”, e se abalançassem a “modernizá-las”.

2º a *lectio difficilior* (a “leitura mais difícil”), observando-se que é fato comum um copista, ao encontrar uma passagem de difícil compreensão, vir a adotar soluções de facilidade, criando e registrando termos “mais compreensíveis”.

Leodegário filólogo e a edição crítica da lírica de Camões: a fineza do homem culto e a finura culta do estudioso. A receita do sucesso e do reconhecimento obtidos, no Brasil e no exterior, por seus trabalhos, parece simples. Confundem-se, como venho de propor, as virtudes do homem e aquelas normalmente debitadas à faina ecdótica, muito amor ao que se faz, somada a um completo domínio da técnica do fazer (filológico). Acrescentem-se criatividade e alguma ousadia, além de notável dose de paciência. Depois, basta adicionar vários anos de lida (participação) e lide (contenda), no campo da *filologia*, bem como trabalho aturado e dedicação.

Leodegário Amarante de Azevedo Filho, filólogo. E verdadeiro. O artista faz o gênero; o talento proporciona o resultado; o estilo, enfim, o homem. Uma retificação: se por estilo tomarmos uma coleção de sintomas, que traem o homem, então o homem, em circunstâncias que são as suas, faz o estilo.

A lição dos antigos: dever arduamente cumprido; homem sabiamente realizado. *Lex orandi; lex credenti*. Penso, quanto a mim, que não há grande sucesso que não seja merecido.

Muito do que somos resulta daquilo que, nos outros, mais admiramos.